



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

PARECER Nº 208/CG/CMPV-2025

| | |
|--|---|
| PROCESSO ELETRÔNICO | 00600-00024850/2025-91-e |
| ORIGEM: | Documento De Formalização De Demanda (DFD) N°. 4/2025 – DCPA/CMPV1 (eDOC 979FE72B) |
| OBJETO: | Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral. |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA N°. 20/2025 - DOR/CMPV | R\$ 48.525,00 (quarenta e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais). (e-DOC C4F00E10 – PEÇA 34) |
| ASSUNTO: | Análise e Emissão de Parecer quanto à Dispensa de Licitação. |
| PARECER JURÍDICO: | Nº 87/PG/CMPV/2024 (e-DOC E1A5D428 – PEÇA 42) |

Senhor Presidente,

Esse Controle Interno dotado de acatamentos técnicos, que lastreiam o embasamento legal, para suas análises, no que diz respeito à filtragem para a obtenção do norte, na emissão do parecer técnico administrativo, principalmente em atendimento os disciplinamentos da Decisão Monocrática nº 009/2015/GCWCS, da lavra do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, publicado no Diário do TCER nº 865 ano V, que orienta a obrigatoriedade da emissão de Parecer Técnico em todos os procedimentos da administração que importem em desembolso de recursos públicos, a serem entregues a agentes públicos e particulares, mediante a prestação do objeto do serviço contratado, indenizado ou conveniado, assim como a atenção aos Princípios gerais que norteiam o Controle Interno que são: Coordenar, Planejar, Fiscalizar e orientar, vem emitir o Parecer, que assim segue:

Aportou nesse Controle Interno o Processo Eletrônico nº **00600-00024850/2025-91-e**, advindo da Douta Procuradoria Geral, que trata da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E VASILHAME**, com o intuito de atender as necessidades da CMPV, conforme OFÍCIO INTERNO N.º 41/DAF/CMPV (**e-DOC 685939B2**), Documento De Formalização De Demanda (DFD) N°. 4/2025 – DCPA/CMPV1 (**eDOC 979FE72B**), acompanhado do Estudo Técnico Preliminar nº 04/2025 (**e-DOC 099713CE**) e do Termo de Referência Nº 02/2024(**e-DOC 0F6F7B4B**), cujos os bens a serem adquiridos segue descrito conforme ANEXO:

| Item | Descrição/Especificação | UNIDADE | Quantidade |
|------|--|---------|------------|
| 01 | CARGA DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS , natural sem gás, acondicionada em garrafão de polipropileno, tampa de | | |



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

| | | | |
|----|--|--------|-------|
| | pressão e lacre, registro no Ministério da Saúde, rótulo contendo a origem da água com: fonte da água, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, análise físico-química, composição analítica e classificação, ano e mês de engarrafamento, além do prazo de validade. | Galão | 2.900 |
| 02 | ÁGUA MINERAL, natural sem gás, pacote com no mínimo 12 unidades, acondicionada em garrafa 500 ml em polipropileno, tampa de pressão e lacre, registro no Ministério da Saúde, rótulo contendo a origem da água com: fonte da água, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, análise físicoquímica, composição analítica e classificação, ano e mês de engarrafamento, além do prazo de validade. | Pacote | 1000 |
| 03 | Água mineral, natural com gás, pacote com no mínimo 12 unidades, acondicionada em garrafa de 500 ml , em polipropileno, tampa de pressão e lacre, registro no ministério da saúde, rotulo contendo a origem da água com: fonte da água, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, análise físico-química, composição analítica e classificação, ano e mês de engarrafamento, além do prazo de validade. | Pacote | 150 |



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

| | | | |
|----|--|-------|----|
| 04 | Vasilhame Galão de Água Mineral Garrafão Plástico de 20 Litros (completo). Produto fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com 80% de vida útil, no mínimo. Produto Fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). | Galão | 50 |
|----|--|-------|----|

No **e-DOC 099713CE – PEÇA 03**, consta O Estudo Técnico Preliminar Nº 02/2025, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação (fase preparatória do certame) que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação (art. 6º, inciso XX, da Lei Nacional n.º 14.133/2021), **contemplando, entre outros elementos, a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação.** (Andressa Marques Monte – Gerente Administrativo)

No **e-DOC 0F6F7B4B – PEÇA 04**, constata-se o Termo de Referência como define o art. 72º, inciso I, da Lei de Licitação nº 14.133/2021. É um documento indispensável para o início de uma licitação, ele define regras e o objeto que realmente vai se contratar, é um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização de obras ou serviços, neste caso em específico, suas diretrizes enfocaram o objeto **“Aquisição de material de consumo (água mineral em pacote e galão e copos descartáveis) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho – CMPV por um período de 12 (doze) meses”**, o que realmente foi solicitado.

Consta nas peças 09, 10 e 11 as cotações de preços efetuadas para obter o valor de mercado, bem como quadro comparativo de preços médios, e-DOC F9AEC5B6 – PEÇA 12, elaborado pela Divisão De Compras E Instrução Processual e ratificado pela Gerente Administrativo senhora Andressa Marques Monte, onde ficou demonstrado que a empresa cotante do objeto com o menor preço foi a **“A.C.F MOREIRA – CNPJ: 14.410.553/0001-27 –, com o valor total R\$ 48.525,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais)**, conforme quadro demonstrativo abaixo das empresas que apresentaram suas propostas de preços.

| EMPRESA PROPONENTE | VALOR DA PROPOSTA |
|--|----------------------|
| A.C.F MOREIRA ME CNPJ: 14.410.553/0001-27 | R\$ 48.525,00 |
| ROAD COMERCIO E SEVIÇOS LTDA | |



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

| | |
|---|----------------------|
| CNPJ: 05.555.440/0001-29 | R\$ 53.580,00 |
| L.L COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE GÁS CNPJ: 37.832.955/0001-15 | R\$ 58.140,00 |
| MEDIA PREÇO TOTAL (R\$) | R\$ 53.415,00 |

Com a cotação de preços mercadológica, observa-se que a empresa já acima identificada, ofereceu o menor preço, devendo ser procedida com a Dispensa de Licitação, em razão do valor apresentado, assim como a manifestação da Douta Procuradoria-Geral em seu **Parecer Jurídico Administrativo sob o nº 87/PG/CMPV/2025 (e-DOC E1A5D428 – Peça 42)**, doutrinando através do art. Art. 75, caput, inciso II, da Lei de Licitação nº 14.133/2021, acerca da modalidade de Dispensa de Licitação.

Acrescentou ainda o citado Parecer Jurídico que *“esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por DISPENSA, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa”, ressaltando ainda “que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos”.*

No **e-DOC C4F00E10 – Peça 34**, encontra-se a reserva orçamentária – nota de pré-empenho nº 20/2025 – no elemento 33903000000 – material de consumo –, **no valor total de R\$ 48.525,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais)**, atendendo assim o que declina o artigo 72, inciso iv, da lei nº 14.133/2021, que assim reza:

Art. 72.O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

IV – demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

Nesta seara de informações e análise, identificou-se no interior do processo, as certidões negativas solicitadas em lei, que constam acostadas nas peças 18, 19, 23, 24, 26 e 27, devidamente atualizadas quando do envio da cotação de preços, com as respectivas confirmação de autenticidade das certidões, as quais deverão ser atualizadas por ocasião da elaboração do instrumento contratual pelo setor jurídico e também por ocasião do pagamento da despesa.

Ainda, consta também nas peças 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 28, 29, 30, 31 e 32, farta documentação da empresa cotante do menor preço, anexadas pela divisão de compras e instrução processual, ratificada pela gerente administrativo, senhora andressa marques monte, confirmando assim a existência jurídica bem como as atividades econômicas de acordo com o objeto ora contratado,



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

atestado de capacidade técnica, documento de habilitação fornecedor, certidão negativa de licitantes inidôneos, certidão negativa correcional – entes privados, requerimento de empresário, Sintegra, Cadastro Nacional Da Pessoa Jurídica, certidão negativa cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa

No **e-doc 535923b6**, encontra-se acostado a análise técnica da Comissão Permanente de Contratação e Compras – CPCC acerca do objeto solicitado, no qual informa todos os documentos apensados, tais como, valores apresentados, reserva de saldo, vantajosidade da contratação, e, ao final, declinando pela pretenda contratação por dispensa de licitação.

Ademais, não identificamos no interior do processo em apreço o Termo de Deliberação pela modalidade de Dispensa de Licitação, **o qual dever-se-á ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo.**

Desta feita, essa Controladoria Geral é FAVORÁVEL a continuidade dos trâmites do processo, devendo ser atendido o que se orienta, a fim de cumprir as exigências formalmente exigível na Resolução da Mesa Diretora nº 031/CMPV-2019, datada de 23/09/2019, conforme o abaixo elencado.

Encaminhe-se:

AO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA:

- 1- Ao Senhor Gestor **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, tomar conhecimento deste parecer; e
- 2- Autorizar o Empenhamento da Despesa

A
DIVISÃO DE ORÇAMENTO:

Emitir nota de empenho no valor total de **R\$ 48.525,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais)**, no elemento de despesa constante da reserva orçamentária acostada no **e-DOC C4F00E10 – Peça 34**, discriminando o item de acordo com o detalhamento da nota de pré-empenho), observando as orientações dessa Controladoria.

A
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 1 – Quando do controle da execução, ficar alerta quanto aos desígnios contidos no item 15,1, do termo de Referência, qual seja, **“O recebimento dar-se-á pela verificação da qualidade do serviço, na totalidade de bens contratados e sua**



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Controladoria Geral
Rua Belém, 139-Bairro Embratel-Cep: 76.820-734

consequente aceitação será realizada por servidor designado pela Diretoria Administrativa...”;

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

1 – Por ocasião da elaboração do instrumento contratual pelo setor jurídico e também por ocasião do pagamento da despesa vindoura, as certidões negativas solicitadas em lei deverão ser atualizadas com as respectivas confirmação de autenticidade.

A
PROCURADORIA GERAL

1 – Elaborar **Termo de Deliberação** pela modalidade de Dispensa de Licitação, o qual deverá ser publicado em diário oficial, cuja cópia da publicação original deverá ser acostada ao processo;

2 – Elaborar **INSTRUMENTO CONTRATUAL**, haja vista que as compras não serão com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, resultando em obrigações futuras.

É O PARECER, **SMJ**.

Porto Velho, 09 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)

Ivair Martins Passarinho
Controlador Geral-CMPV
Dec.555/2025



Assinado por **Ivair Martins Passarinho** - Controlador Geral - Em: 09/07/2025, 10:18:59